



Relatório de Gestão

Pocuradoria-Geral do Distrito Federal

2023

Relatório de Gestão

Procuradoria-Geral do Distrito Federal

2023



Procuradoria-Geral do Distrito Federal

Procuradora-Geral

Ludmila Lavocat Galvão

Procurador-Geral Adjunto do Contencioso

Idenilson Lima da Silva

Procurador-Geral Adjunto do Consultivo

Hugo de Pontes Cezario

Procurador-Geral Adjunto da Fazenda Distrital

Bruno Paiva da Fonseca

Secretário-Geral

Marcos Gustavo de Sá e Drumond

Procurador-Corregedor

Giulliano Caçula Mendes

Expediente

Coordenação e texto

Izabela Frota Melo

João Vitor Costa Barbosa da Silva

Análise estatística

Diogo Moreira Chaves Cavalcante

Projeto Gráfico e Diagramação

Daniel Natan Ferreira e Silva

Marcel Carvalho de Souza Vasconcelos

Sumário

Tabela de Siglas	5
A Procuradoria-Geral do Distrito Federal	7
Governança Pública, Gestão e Planejamento Estratégico	8
O Plano Estratégico Institucional 2020-2025	9
Vitórias judiciais	12
Pareceres relevantes	15
PGDF em números	17
Gestão Tributária e Financeira	21
Controle Interno e Controle da Atuação Funcional	23
Relações Institucionais e com a sociedade	26
Gestão de Pessoas	30
Gestão de Tecnologia da Informação	31
Premiações	32
Concurso de Procuradores do Distrito Federal	34

Tabela de siglas

Sigla	Significado
ADASA	Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento Básico do Distrito Federal
BrC	Consórcio Interestadual Brasil Central
CAMEDIS	Câmara Permanente Distrital de Mediação em Saúde
CDA	Certidão de Dívida Ativa
CEB	Companhia Energética de Brasília
CEP - CAMEDIS	Comissão Especial Permanente da Câmara Permanente Distrital de Mediação em Saúde
CGDF	Controladoria-Geral do Distrito Federal
CGI	Centro de Gestão Integrada
CMEF	Custo Médio da Execução Fiscal
DER-DF	Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito federal
DETRAN-DF	Departamento de Trânsito do Distrito Federal
DF	Distrito Federal
DF Legal	Secretaria de Estado de Proteção da Ordem Urbanística do Distrito Federal
DFTRANS	Transporte Urbano do Distrito Federal
FAP-DF	Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal
FDCC	Fundo Distrital de Combate à Corrupção
FEPECS	Fundação de Ensino e Pesquisa em Ciências da Saúde
FUNAB-DF	Fundação Universidade Aberta do Distrito Federal
FUNAP-DF	Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso
GDF	Governo do Distrito Federal
HEMOCENTRO	Fundação Hemocentro de Brasília
IA	Inteligência Artificial
IBRAM-DF	Instituto Brasília Ambiental
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
INAS-DF	Instituto de Assistência à Saúde dos Servidores do Distrito Federal
IPEDF	Instituto de Pesquisa e Estatística do Distrito Federal
IPREV-DF	Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal

IPTU	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana
IPVA	Imposto a Propriedade de Veículos Automotores
ISS	Imposto sobre Serviços
JUCIS-DF	Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal
MGPE-PGDF	Metodologia de Gerenciamento de Projetos Estratégicos da Procuradoria-Geral do Distrito Federal
MGR-PGDF	Metodologia de Gestão de Riscos da Procuradoria-Geral do Distrito Federal
OSCs	Organizações da Sociedade Civil
PAD	Processo Administrativo Disciplinar
PDAD	Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios
PDCI-PGDF	Plano Diretor de Comunicação Institucional da Procuradoria-Geral do Distrito Federal
PEI-PGDF	Plano Estratégico Institucional da Procuradoria-Geral do Distrito Federal
PGDF	Procuradoria-Geral do Distrito Federal
PROCON-DF	Instituto de Defesa do Consumidor
SAB	Sociedade de Abastecimento de Brasília
SAPRE	Sistema de Administração de Precatórios
SEFAZ	Secretaria de Fazenda do Distrito Federal
SISTrab-PGDF	Sistemática para Mapeamento e Modelagem de Processos de Trabalho da Procuradoria-Geral do Distrito Federal
SLU-DF	Serviço de Limpeza Urbana do Distrito Federal
STF	Supremo Tribunal Federal
SUREC	Subsecretaria da Receita do Distrito Federal
SUS	Sistema Único de Saúde
TCDF	Tribunal de Contas do Distrito Federal
TJDFT	Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios
TLP	Taxa de Limpeza Pública
UnDF	Universidade do Distrito Federal Jorge Amaury
URP	Unidade de Referência de Preços
VEF-DF	Vara de Execução Fiscal do Distrito Federal

A Procuradoria-Geral do Distrito Federal

Abrangência da atuação

A Procuradoria-Geral do Distrito Federal (PGDF) é o órgão central do Sistema Jurídico do Distrito Federal, de natureza permanente, que exerce a representação judicial e extrajudicial e a consultoria jurídica do Distrito Federal, suas autarquias e suas fundações públicas.

As autarquias e fundações públicas representadas pela PGDF são: DF LEGAL; ADASA; BrC; DER-DF; DETRAN-DF; FUNAP-DF; FAP-DF; FEPECS; Hemocentro; FUNAB-DF; Fundação Zoológico; INAS-DF; IBRAM-DF; PROCON-DF; IPEDF (Codeplan); IPREV-DF; JUCIS-DF; SLU-DF; SAB; DFTRANS; TCDF e UnDF.

Instituição essencial à Justiça e à Administração, a sua organização é disciplinada pela Lei Complementar Distrital nº 395, de 31 de julho de 2001, e sua organização e competências estão prescritas em seu Regimento Interno, Decreto nº 42.094, de 13 de maio de 2021.

É missão da PGDF “atuar de maneira proativa e inovadora na representação judicial e extrajudicial do DF, priorizando a prevenção de litígios, e na orientação jurídica dos órgãos da Administração Pública, para resguardar a legalidade, assegurar a impessoalidade e promover o interesse público”.

Governança pública, Gestão e Planejamento Estratégico

Revisão normativa

O sistema de governança pública, sua disciplina, políticas, instrumentos de monitoramento e avaliação da gestão, e o processo de planejamento estratégico foram revistos, em 2023, para serem mais aderentes às necessidades da PGDF.

São normativos aprovados para o sistema de governança pública da PGDF:

Portaria	Conteúdo
Portaria nº 204, de 12 de maio de 2023	Institui o Sistema de Governança Pública da Procuradoria-Geral do Distrito Federal e dá outras providências
Portaria nº 205, de 12 de maio de 2023	Aprova a Política de Governança de Projetos Estratégicos da Procuradoria-Geral do Distrito Federal e dá outras providências
Portaria nº 206, de 12 de maio de 2023	Aprova a Política de Governança de Processos de Trabalho da Procuradoria-Geral do Distrito Federal
Portaria nº 207, de 12 de maio de 2023	Aprova a Política de Gestão de Riscos da Procuradoria-Geral do Distrito Federal e dá outras providências
Portaria nº 208, de 12 de maio de 2023	Institui o Planejamento Estratégico da Procuradoria-Geral do Distrito Federal e dá outras providências
Portaria nº 233, de 23 de maio de 2023	Aprova a Metodologia de Gerenciamento de Projetos Estratégicos da Procuradoria-Geral do Distrito Federal (MGPE-PGDF) e dá outras providências
Portaria nº 234, de 23 de maio de 2023	Aprova a Sistemática para Mapeamento e Modelagem de Processos de Trabalho da Procuradoria-Geral do Distrito Federal (SISTrab-PGDF)
Portaria nº 235, de 23 de maio de 2023	Aprova a Metodologia de Gestão de Riscos da Procuradoria-Geral do Distrito Federal (MGR-PGDF)

O Plano Estratégico Institucional 2020-2025

Avanço nas iniciativas estratégicas institucionais e governamentais

O Plano Estratégico Institucional 2019-2025 conta com 51 iniciativas estratégicas institucionais, das quais 2 integram o Plano Estratégico do Distrito Federal (2019-2060).

Iniciativas estratégicas governamentais

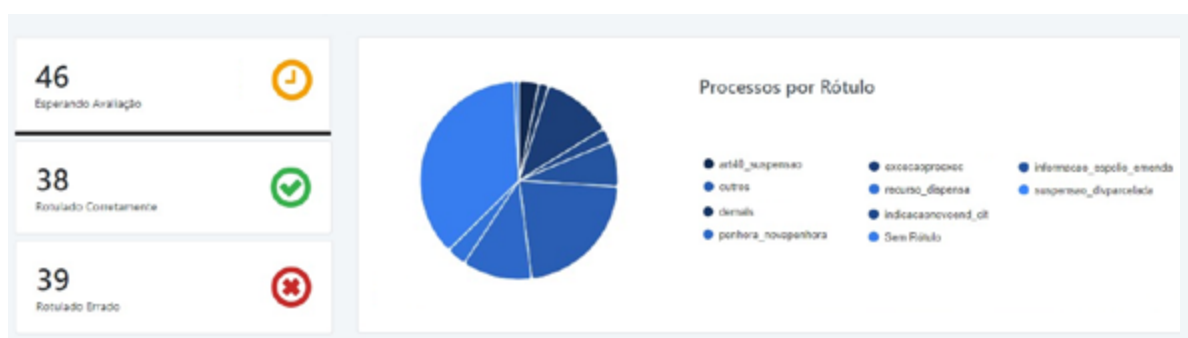
Camedis - Câmara Permanente Distrital de Mediação em Saúde

O projeto estratégico CAMEDIS objetiva reestruturar a Câmara Permanente Distrital de Mediação em Saúde e implementá-la mediante instalação em espaço físico próprio para atendimento ao cidadão.

O projeto foi alterado com a instituição da Comissão Especial Permanente da Câmara Distrital de Mediação em Saúde do Distrito Federal: CEP-CAMEDIS, por meio da Portaria nº 289, de 28 de julho de 2023 da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal, encerrando a atuação da PGDF na reestruturação.

Osiris

O projeto OSIRIS realizou a anotação e rotulação de cerca de 23.000 dados (peças processuais), seguida pela revisão e análise do fluxo da execução fiscal. Além disso, foram desenvolvidas minutas jurídicas para testar a ferramenta de IA. A PGDF deu início aos testes das versões das diferentes atualizações do OSIRIS, culminando no lançamento da Versão 0.0.8 ao final do ano. Para avaliar o desempenho das classificações, foi desenvolvida interface comparativa entre a rotulação da área de negócios e a rotulação do OSIRIS:



Iniciativas estratégicas institucionais

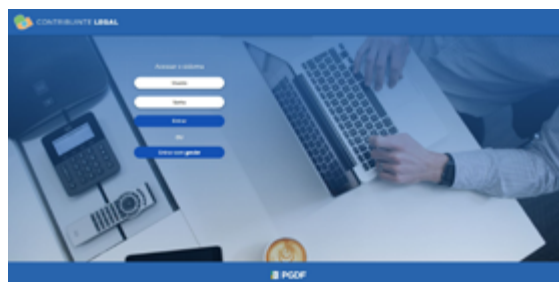
Das iniciativas institucionais, 26 estão em andamento (52%), 7 não foram iniciadas (14%) e 1 está paralisada (2%). Ao final de 2023, 16 iniciativas estavam concluídas (32% do planejado). São elas:

- Evolução de Painel de Gestão Estratégica
- Atuação judicial estratégica em relação aos 10 principais precatórios impugnados, para os quais o valor total caucionado supera o valor de R\$1,2 bilhão
- Revisão de cálculos de precatórios de planos econômicos
- Sistematização, aprimoramento e reforço do processo de trabalho para compensação de precatório.
- Implementação das diretrizes normativas e ações atinentes à solução consensual de conflitos que envolvam o Distrito Federal;
- Reestruturação jurídica da Câmara Permanente Distrital de Mediação em Saúde e implantação dos serviços aos usuários do SUS
- Definição de temas prioritários para atuação na litigância de massa
- Criação de fluxos de controle de processos judiciais repetitivos
- Aprimoramento da automação de processo de trabalho do contencioso de massa
- Execução de protesto em massa das dívidas ativas ajuizadas
- Aumento para 15.000, no mínimo, a emissão de protestos de títulos da dívida ativa por mês
- Elaboração de projeto de lei para proposição de padrões de recuperabilidade e identificação de créditos irrecuperáveis (RATING) e adequação do patamar mínimo de ajuizamento ao CMEF (Custo Médio da Execução Fiscal)
- Disponibilização de requerimento via Sistema de Peticionamento Eletrônico
- Criação da Agenda de Serviços ao Cidadão
- Implantação do SAPRE
- Realização do dimensionamento da força de trabalho

Contribuinte Legal

Destaque

O projeto estratégico Contribuinte Legal visa a desenvolver serviço web para o cidadão resolver pendências fiscais junto à PGDF. O serviço será disponibilizado em portal da PGDF e no aplicativo de celular oficial do Governo do Distrito Federal - e-GDF.



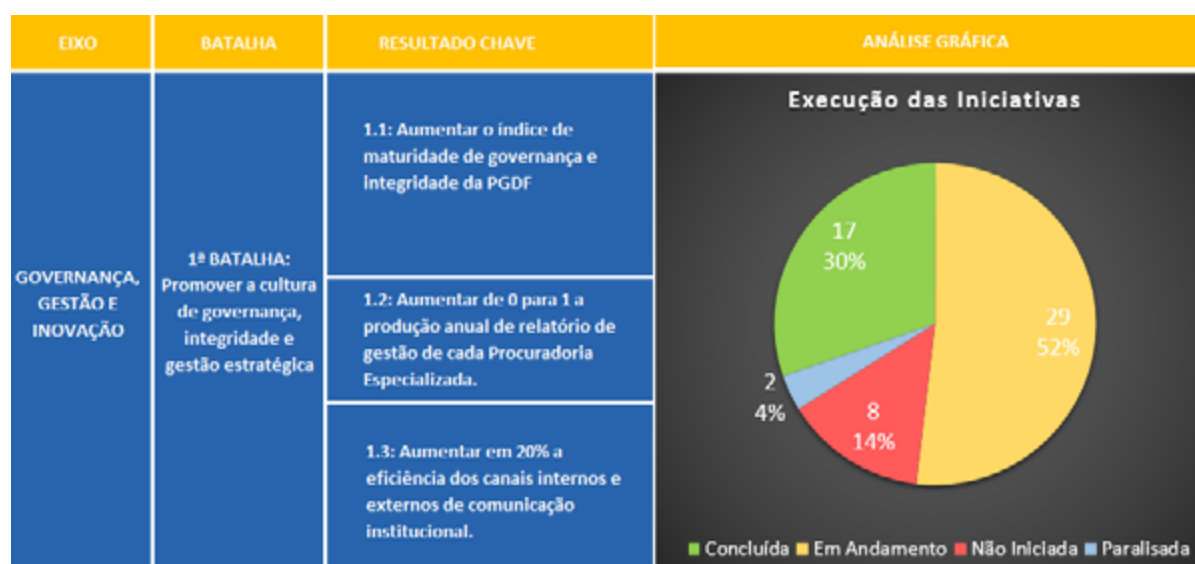
Em 2023, o serviço entrou em operação com 6 opções de requerimentos disponíveis e integração com o Gov.br. O projeto está em andamento para o desenvolvimento de mais 10 funcionalidades.

Painel de Gestão Estratégica

Monitoramento e avaliação do PEI-PGDF

O monitoramento e a avaliação do Plano Estratégico Institucional são realizados pelo Conselho Interno de Governança Pública, por meio do Painel de Gestão Estratégica da PGDF.

A ferramenta foi desenvolvida em 2022, implementada em 2023, e representou avanço no método de avaliação da execução do PEI-PGDF. O painel possui a mesma arquitetura do PEI-PGDF (eixos, batalhas, resultados-chave e iniciativas), em que é possível acompanhar a execução das iniciativas. A ferramenta auxilia o desenvolvimento das Reuniões de Avaliação da Estratégia - RAE's.



Vitórias Judiciais

Destaques do Contencioso Geral

Garantida continuidade de 80% da força de trabalho da carreira de Assistência Social e Cultural do GDF

[0030784-12.2001.8.07.0015](#) ✨

A PGDF obteve liminar para garantir a continuidade dos serviços prestados pelos servidores e empregados da Assistência Social e Cultural do GDF. Recentemente, o Desembargador Relator aumentou para 80% o percentual de servidores em cada unidade vinculada da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social do DF, reconhecendo ser “inadmissível a interrupção completa de serviços, sob pena de aplicação da multa fixada”.



Foto: G1 - Globo (2023)

Suspensão de deliberação de greve dos Policiais Cíveis do DF

[0710391-98.2023.8.07.0000](#) ✨

A PGDF obteve decisão favorável em ação contra o Sindicato dos Policiais Cíveis do Distrito Federal para suspender a deliberação de greve aprovada pela categoria. Com isso, os policiais cíveis foram obrigados a manter todas as suas atividades, sob pena de multa diária de cinquenta mil reais.

Suspensão greve da Carreira Socioeducativa do DF

[0706531.11.2018.8.07.0018](#) ✨

A PGDF obteve liminar em ação contra o Sindicato dos Servidores da Carreira Socioeducativa do DF para garantir a continuidade de todas as atividades prestadas pela categoria ao sistema socioeducativo.

Auxílio-moradia não integra gratificação natalina, remuneração, proventos e pensões de militares e pensionistas do DF

[0708022-77.2023.8.07.0018](#) ✨

A PGDF obteve sentença favorável em ação civil pública que pretendia condenar o DF a integrar o auxílio-moradia na gratificação natalina, na remuneração, nos proventos e nas pensões dos militares e pensionistas distritais.

Programa de Oxigenoterapia Domiciliar. Discussão sobre a gestão do protocolo médico no âmbito do Distrito Federal

[0702226-13.2020.8.07.0018](#) ✨

A PGDF obteve acórdão favorável em ação civil pública que pretendia transferir, sem adequação orçamentária e técnica, a gestão do Programa de Oxigenoterapia Domiciliar ao Poder Judiciário.

Retificação de cálculos de precatórios gera economia de aproximadamente R\$ 22 milhões aos cofres públicos

[0003972-19.1994.8.07.0001](#) ✨

A PGDF obteve decisão para retificação de cálculos de precatórios relativos a diferenças salariais do Plano Collor, no período de abril de 1990 a março de 2000. Estima-se que essa atuação gerou economia de R\$ 21.911.668,56 aos cofres públicos.

Reconhecimento de Área Pública de Grande Valor

[0702707-44.2018.8.07.0018](#) ✨

A PGDF obteve decisão favorável para afastar laudo de perícia judicial e reconhecer como terra devoluta, de propriedade pública, uma área de 700 hectares ao lado do Paranoá e de Planaltina/DF.

Zona Verde: garantida a implantação de estacionamentos rotativos no Plano Piloto

[Decisão nº 1.033/2023](#) ✨

A PGDF garantiu o prosseguimento da implantação de estacionamentos rotativos no Plano Piloto e áreas adjacentes, no Projeto Concessão Zona Verde, e reafirmou a competência da Secretaria de Estado de Mobilidade do DF para gerir o programa.

Caducidade do contrato de concessão 06/2014, firmado pelo Distrito Federal com a ITEN - Concessionária do Centro de Gestão Integrado do Distrito Federal S.A.

[0708781-41.2023.8.07.0018](#) ✨

A PGDF obteve liminar para suspender decisões do TCDF que haviam anulado o decreto de caducidade do contrato de concessão nº 06/2014, firmado pelo DF para implantar, desenvolver, manter, administrar e operar a infraestrutura do Centro de Gestão Integrada – CGI, empreendimento destinado a integrar a operação dos diversos órgãos de segurança pública, serviços públicos e atendimento de emergência do DF.

Assegurada a intervenção pública no Instituto de Cardiologia e Transplante do Distrito Federal

[5245072-73.2023.8.21.0001](#) ✨

A PGDF obteve a suspensão da decisão judicial que proibira a intervenção pública no Instituto de Cardiologia e Transplante do DF, com o objetivo de assegurar a prestação de serviços e procedimentos médicos de interesse da população.

Novacap está submetida ao regime constitucional dos precatórios

[ADPF 949](#) ✨

A PGDF obteve acórdão favorável para cassar as decisões judiciais que haviam penhorado, sequestrado ou bloqueado o patrimônio da Novacap e para submeter a referida empresa estatal ao regime constitucional de precatórios.

Economia de mais de R\$ 130 milhões aos cofres públicos com diferenças remuneratórias de URP (Unidade de Referência de Preços)

[AREsp 1.812.127/DF](#) ✨

Decisão obtida pela PGDF representou economia de mais de 130 milhões de reais aos cofres públicos - de R\$ 134.790.350,83 para R\$ 393.440,61 - na apuração de diferenças remuneratórias decorrentes da aplicação da URP, entre abril e maio de 1988. A decisão ainda não transitou em julgado.

Suspensão da exigibilidade de créditos milionários supostamente devidos à União

[ACO 2988](#) ✨

A PGDF obteve a suspensão de exigibilidade de créditos milionários, que seriam devidos à União, dando efetividade ao sistema de compensação previdenciária previsto na Constituição Federal e viabilizando a expedição de certidão negativa de débito em favor do DF.

Assegurada moradia de população vulnerável em Vicente Pires

[0732156-28.2023.8.07.0000](#) ✨

A PGDF obteve a suspensão de ordem judicial de demolição de edifício com mais de três pavimentos, no Setor Habitacional Vicente Pires, de modo a evitar a iminente perda de moradia de população vulnerável.

Foro para julgar ações contra estados e DF limita-se ao respectivo território

[ADI 5737](#) ✨

O Governador do DF propôs ação direta de inconstitucionalidade para impugnar o art. 46, §5º, o art. 52 e o art. 75, §4º, todos do Código de Processo Civil de 2015, que previam a possibilidade de ajuizamento de ações contra os Estados ou o DF fora de seus limites territoriais. O Supremo Tribunal Federal julgou o pedido parcialmente procedente e determinou que as ações contra os Estados ou o DF devem ser propostas dentro dos seus territórios.

Pareceres relevantes

Pareceres

Pagamento retroativo da terceira parcela do reajuste de 2022 e aposentados em 2020

[Parecer nº 100/2023](#)

A concessão da terceira parcela do reajuste aos servidores da ativa em 2022 não reflete nos proventos do servidor que se aposentou, sem integralidade e paridade, em 2020.

Encaminhamento de projeto de lei para o aproveitamento dos empregados públicos da CEB é juízo político de conveniência e oportunidade do Governador

[Parecer nº 267/2023](#)

Projeto de lei para aproveitamento dos empregados públicos da CEB decorre de juízo político de conveniência e oportunidade do Governador do DF, no exercício de sua vontade político-constitucional e iniciativa da competência privativa legislativa própria.

Recomendação do Ministério Público do Trabalho para cumprimento de cotas de aprendizes não tem caráter obrigatório

[Parecer nº 431/2023](#)

As recomendações do Ministério Público não têm caráter obrigatório para a Administração Pública: É possível exigir do contratado que observe a reserva de cargos para aprendizes, mas não há respaldo legal para se restringir a participação na licitação às empresas que já cumpram essa exigência antes da contratação.

Reajuste tarifário para o transporte público deve seguir a fórmula prevista no edital e respectivos contratos

[Parecer nº 175/2023](#)

Inexiste fundamento jurídico para a inclusão, no cálculo do reajuste tarifário, de custos (quinquênios) não constantes na proposta original, devendo-se seguir a fórmula prevista no edital e nos respectivos contratos.

Agente público, ainda que lotado em unidade não ligada a licitações, pode exercer funções essenciais da Nova Lei de Licitações e Contratos

[Parecer nº 586/2023](#)

Servidor efetivo ou empregado público pode exercer funções essenciais previstas na Nova Lei de Licitações e Contratos, ainda que esteja lotado em unidade orgânica com competência não relacionada a licitações e contratos, desde que tenha capacidade técnica e habilidade específica e apropriada.

Obras de implantação do túnel rodoviário em Taguatinga/DF

[Parecer nº 42/2023](#)

Há viabilidade jurídica na prorrogação excepcional do contrato de supervisão e acompanhamento das obras de implantação do túnel rodoviário em Taguatinga, de remodelação da avenida central e do viaduto da SAMDU, e da elaboração de seus projetos executivos.

Locação do Estádio Mané Garrincha para realização do Salão Nacional do Turismo 2023

[Parecer nº 585/2023](#)

Há viabilidade jurídica na locação, por inexigibilidade de licitação, do Estádio Mané Garrincha para realização do Salão Nacional do Turismo 2023.

Parecer Normativo

Retificação de Livro Fiscal Eletrônico e ICMS

[Parecer normativo nº 289/2023](#)

A retificação de livros fiscais eletrônicos pelo contribuinte pode ocorrer, sem a limitação temporal de 3 meses, com base no art. 54, §§ 5º e 6º, do Regulamento do ICMS, observado o disposto no art. 23 da Lei Complementar nº 87/1996 e no art. 33 da Lei Distrital nº 1.254/96. Além disso, o Ato Declaratório Interpretativo nº 05/20 da SUREC/SEFAZ/GDF uniformizou o entendimento de que qualquer retificação de livro fiscal eletrônico deve passar pelo crivo de auditor fiscal.

Pareceres Referenciais

Nº do Parecer	Descrição
38/2023	Contratação direta, por inexigibilidade de licitação, para aquisição de serviços relacionados aos procedimentos cirúrgicos eletivos
40/2023	Aditamento de contrato de prestação de serviço de limpeza, conservação e asseio, por força de nova convenção coletiva de trabalho, para atender órgãos e entidades do GDF
42/2023	Contratação direta, por inexigibilidade de licitação, para shows de artistas consagrados
43/2023	Contratação direta, por dispensa de licitação, em razão do valor da aquisição
44/2023	Licitação e a contratação administrativa de serviços terceirizados por meio do pregão eletrônico

PGDF em números

Acervo Processual



1.080.064 processos existentes



69.125

Casos novos
ingressados
em 2023



6.773

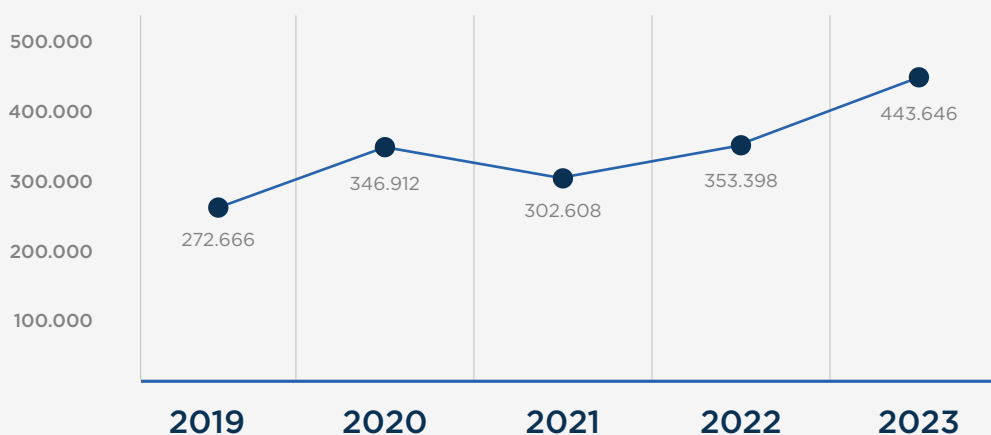
Ações
ajuizadas
em 2023



493.617

Peças
produzidas
em 2023

Citações/Intimações recebidas



Houve crescimento na quantidade de citações/intimações recebidas. O quantitativo de 2023 representa um aumento de 62,7% quando comparado a 2019.

Atividades de Apoio Técnico

Cálculos e Perícias

2019 **2020** **2021** **2022**
21.236 20.976 26.829 36.478

2023: 73.659

Laudos Técnico-Periciais

2019 **2020** **2021** **2022**
4.267 4.068 3.831 3.816

2023: 4.271

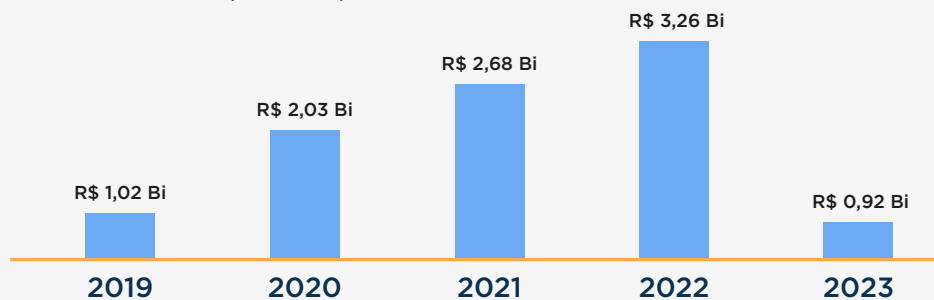
Laudos Contábeis

2019 **2020** **2021** **2022**
105 215 173 326

2023: 94

Divergências apontadas

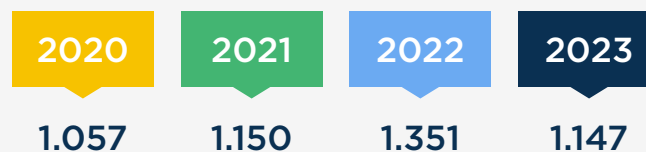
Diferença entre o valor cobrado pela parte contrária e o valor apontado pela PGDF



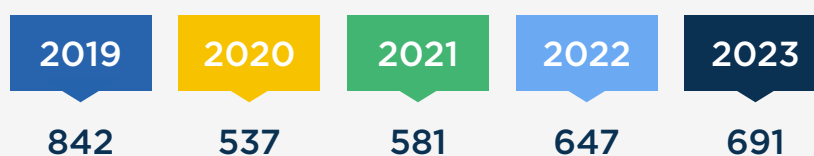
Manifestações da Consulta Jurídica



Pedidos de consulta recebidos



Número de pareceres elaborados



Os pedidos de consultas recebidos demandam uma resposta formal, podendo gerar um parecer ou não.

A não correspondência entre o número de pareceres emitidos e o número de consultas recebidas deve-se à adoção de mecanismos de racionalização da força de trabalho, como, por exemplo, a emissão de Pareceres Referenciais, a utilização de Notas Jurídicas e a publicação dos Enunciados do Consultivo.

Pareceres de 2023

Por tipologia



691

Pareceres
Jurídicos



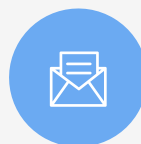
9

Pareceres
Referenciais



44

Notas
Jurídicas



613

Despachos

Acordo Direto de Precatórios



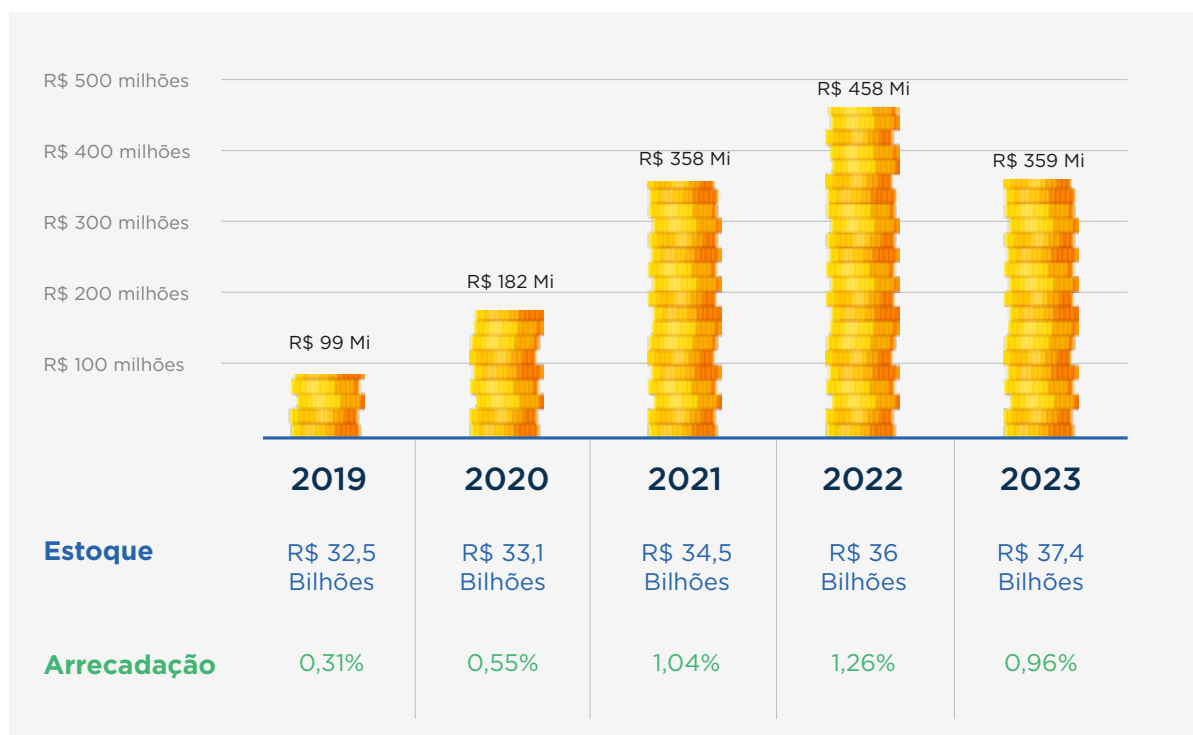
Arte: Procuradoria-Geral do DF (2023)

Rodadas de conciliação de precatórios reduzem R\$ 112 milhões do passivo da dívida do DF e geram **economia de R\$ 45 milhões** ao erário

Foram realizadas 3 rodadas de acordos diretos. A maior rodada (10ª) recebeu 1.504 propostas, das quais 1.231 foram habilitadas, somando R\$ 89 milhões de redução da dívida com o deságio de R\$ 35,7 milhões.

Gestão Tributária e Financeira

A arrecadação da dívida ativa ajuizada foi a segunda maior da série histórica 2019-2023, ainda que ligeiramente abaixo da meta prevista no PPA 2020-2023 (1%). Nesse período, houve o ingresso nos cofres públicos de aproximadamente R\$ 1,4 bilhão.



Processos Judiciais por tributos

Tramitam no TJDF 236 mil processos de Execução Fiscal, equivalentes a R\$ 37 bilhões.

Para os débitos de ICMS exclusivos, no âmbito da 2ª Vara de Execução Fiscal (VEF-DF), o valor cobrado é de R\$ 27,6 bilhões veiculados em 21.629 processos e 160.611 Certidões de Dívida Ativa (CDA).

As demais receitas, que tramitam perante a 1ª VEF-DF, totalizam R\$ 9,8 bilhões, em 214.962 processos e 1,9 milhões de CDA's.

¹ O tributo de ICMS também é cobrado na 1ª VEF, desde que haja outra receita cobrada juntamente.

² ITBI/ITCMD são cobrados no momento da formalização da transferência da propriedade. Dessa forma, são raros os casos de cobrança pela via judicial. Exemplo de cobrança: inventários que tramitam judicialmente, ocasião em que a PGDF verifica se a tributação está incidindo de forma correta.

Tributo	Valor cobrado	Processos	CDA's
IPTU/TLP	R\$ 2,5 bilhões	83.819	1.159.244
IPVA	R\$ 459,8 milhões	62.159	322.626
ICMS	R\$ 28,7 bilhões	29.153	214.496
ISS	R\$ 3,4 bilhões	35.076	262.654

Os valores de ICMS representam 81% do total cobrado, embora a quantidade de processos é de apenas 14%.

Em média, o valor de ICMS cobrado por processo foi de R\$ 984 mil, representando a maior média por tributo. Já para o IPVA, o valor médio foi de R\$ 7.397, representando a menor média por tributo.

53.257 processos de execução fiscal são baixados em 2023

Em 2023, foram desjudicializadas 45.443 execuções fiscais. Esse quantitativo não considera os processos peticionados em massa para extinção por pagamento/cancelamento ou reconhecimento de prescrição. Somando todas as extinções do ano, 53.257 processos de execuções fiscais foram baixados.

Títulos protestados

Número de títulos protestados supera os 4 últimos anos, com recuperação recorde de **R\$ 518,6 milhões**



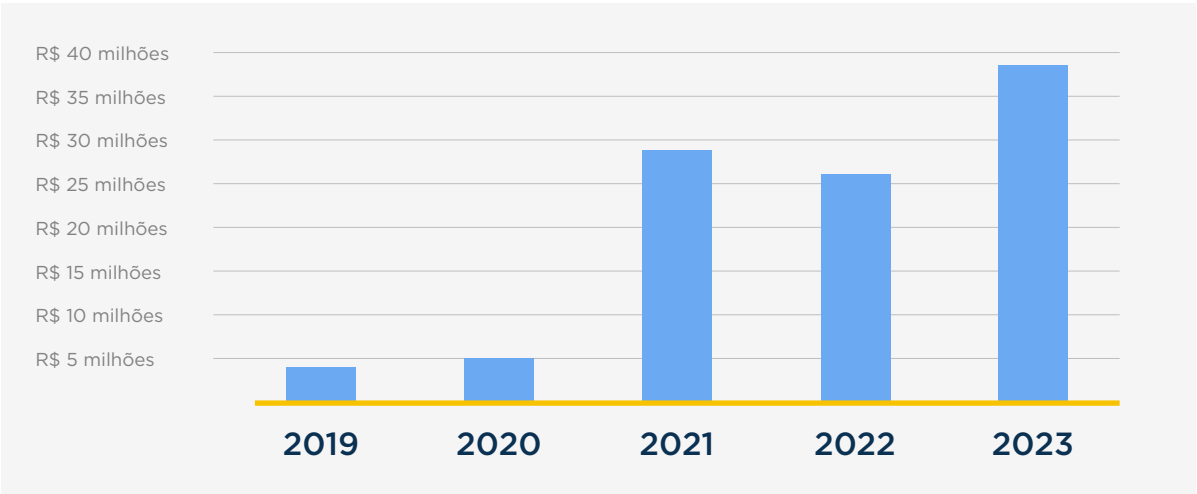
Títulos enviados a protesto

2019 2020 2021 2022
7.746 37.104 179.980 716.867

2023: 1.430.919

Títulos protestados	2019 a 2022: 609.789	2023: 917.126
Valor protestado	2019 a 2022: R\$ 7,8 bilhões	2023: R\$ 2,06 bilhões
Dívida ativa recuperada	2019 a 2022: R\$ 283 milhões	2023: R\$ 518,6 milhões
Valor parcelado	2019 a 2022: R\$ 734 milhões	2023: R\$ 653,4 milhões

Arrecadação com alvará judicial tem maior série histórica em 2023: R\$ 39 milhões



Controle Interno e Controle da Atuação Funcional

Números Correcionais

Tipo de procedimento	Quantidade
Apuração Sumária	8
Representação para PAD ou sindicância ou aditamento	3
Comunicação de falhas	3
Denúncia Ouvidoria	5

Promoções por merecimento e antiguidade



3 promoções
por merecimento



2 promoções
por antiguidade

Em 2023, houve 5 promoções para o cargo de Subprocurador-Geral do Distrito Federal, sendo 3 por merecimento e 2 por antiguidade.

Fundo Distrital de Combate à Corrupção (FDCC)

O Fundo Distrital de Combate à Corrupção foi instituído com a finalidade de fomentar ações, programas e projetos voltados à prevenção e repressão da corrupção, promoção da transparência e capacitação de servidores e cidadãos nessas pautas, à luz da Lei Anticorrupção nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.



A presidência do Conselho de Administração do FDCC foi transmitida à PGDF em 01/09/2023 para o biênio 2023-2025, sendo representada pelo procurador do Distrito Federal Hugo Fidelis Batista, cujo mandato se encerra em 13/06/2024.

Com o apoio do fundo, a Controladoria-Geral do Distrito Federal realizou em outubro de 2023 o “V Encontro de Corregedorias do Distrito Federal” para 609 servidores/empregados públicos do DF. O evento abordou temáticas relacionadas ao combate à corrupção.

O Conselho de Administração do FDCC lançou o primeiro edital de chamamento público para fomentar projetos relacionados a prevenção, repressão e ações educativas no combate à corrupção. Os recursos alocados nesse edital alçam R\$750 mil e são destinados à Organizações Sociais da Sociedade Civil (OSCs).

Conselho Superior



10 sessões



17 processos

O Conselho Superior da PGDF realizou 10 sessões e julgou 17 processos.

Conselho de Administração do Fundo Pró-Jurídico



18 sessões



65 processos

O Conselho de Administração do Fundo Pró-Jurídico realizou 18 sessões e julgou 65 processos, nas seguintes categorias:



20
Custeios de curso



1
Evento jurídico



31
Contratações e
prorrogações de contrato



5
Aquisições de material



1
Aquisição de medalha



7
Outros temas

Relações Institucionais e com a sociedade

Assessoria de Comunicação



PDCI e Política de Comunicação

Aprovação e publicação do Plano Diretor de Comunicação Institucional (PDCI-PGDF) para o biênio 2023-2024. É o primeiro plano de comunicação desta PGDF, documento ainda incomum no DF e nos órgãos de advocacia pública estaduais e municipais.

Junto ao PDCI-PGDF 2023-2024, foi aprovada a Política de Comunicação da PGDF, publicada por meio da Portaria N° 220/2023.

Extranet

A comunicação interna é realizada pela Extranet: um portal de comunicação de acesso restrito aos colaboradores lançado em 01/04/2023, em substituição ao anterior serviço de intranet.

Mensalmente, 716 colaboradores da PGDF - entre procuradores, servidores e estagiários - acessam a Extranet, representando 89,3% da força de trabalho. O acesso é realizado, em média, 19 vezes ao longo do mês com tempo de navegação de 19 minutos e 8 segundos. A média de leitura foi de 69,9 leitores por notícia.



Instagram

A comunicação externa via Instagram alcançou 19.695 pessoas, representando um aumento de 18,2% comparada a 2022, e contou com as seguintes ações:



10.007 seguidores
1.143 novos seguidores
em 2023

4º maior perfil
das redes de
procuradorias públicas

74 postagens
aumento de 146%, se
comparado a 2022

102 stories
aumento de 436%, se
comparado a 2022

Ouvidoria

Indicadores de Performance 2023



11.9 dias
Prazo médio de resposta ao cidadão

	Percentual atual	Meta 2024
Índice de Resolutividade	61%	70%
Índice de Qualidade da resposta	90% 	80%
Índice de Recomendação	96% 	90%
Índice de Satisfação com o atendimento	96% 	90%
Índice de Cumprimento de prazo	99,4%	100%

 = Metas atingidas

Demanda

A maior demanda recebida pela ouvidoria foi em 2023, ainda que se desconsidere a quantidade de pedidos de acesso à informação registrados no Participa/DF, não presente nos anos anteriores.

Tipo	2019	2020	2021	2022	2023
Solicitação	421	265	261	274	319
Reclamação	75	337	120	154	345
Informação	24	71	50	48	11
Elogio	31	15	6	19	8
Denúncia	9	1	3	-	5
Sugestão	4	3	1	5	1
Total	564	692	441	500	689

Eventos

Semana de Ambientação dos Novos Procuradores do DF

O evento, realizado entre 28 e 31 de agosto de 2023, objetivou receber os novos procuradores empossados. Foram apresentados os diversos setores da PGDF, bem como orientações administrativas e fatores que envolvem o dia a dia da atuação na casa.



Auditorio do Tribunal de Contas do DF (2023)

O primeiro dia iniciou com palestra inaugural ministrada pelo procurador Flávio Jardim, seguida das apresentações da atuação da PGDF nas cortes superiores e na promoção da constitucionalidade e das políticas públicas.

No segundo e terceiro dia, foi apresentado um panorama das competências das Procuradorias-Gerais do Contencioso, Consultivo e da Fazenda Distrital.

O último dia trouxe apresentações sobre as iniciativas de governança institucional, o papel da advocacia pública e a atuação da Corregedoria da PGDF. Além disso, houve a apresentação da estrutura de apoio da procuradoria, composta pela Secretaria-Geral e suas subsecretarias.

2º Ciclo de Integridade Pública

O evento, realizado nos dias 22 e 25 de setembro de 2023, teve por objetivo orientar os participantes sobre temas que fundamentam os conceitos de integridade, ética e governança pública, além de promover uma cultura de responsabilidade, tão fundamentais para a Administração Distrital em sua busca pelo interesse público e pela entrega de valor ao cidadão. Foram abordados os seguintes temas:

Clima Ético e Clima Organizacional dentro de uma instituição

Ouvidoria e Integridade: como posso fazer parte?

Dia Nacional da Inovação na PGDF

O evento, ocorrido no dia 19 de outubro de 2023, contou com palestras e mesa redonda sobre o que há de mais atual no universo da advocacia pública.

As palestras abordaram os seguintes temas:

- Direito Digital: os desafios da regulação e as novas tecnologias
- Advocacia Pública Estratégica: inovação orientada por dados
- Design Thinking e linguagem simples na relação com o contribuinte
- Legal Design e Legal Ops

A mesa redonda abordou os seguintes temas:

- GNova Lab: o laboratório de inovação pioneiro do Governo Federal
- Lab Hacker: a experiência do laboratório de inovação do Poder Legislativo
- LabPDI: a vivência da Procuradoria-Geral do Estado de Mato Grosso do Sul
- PGINova: o laboratório de inovação da Procuradoria-Geral do Estado do Rio de Janeiro

Arraiá da PGDF

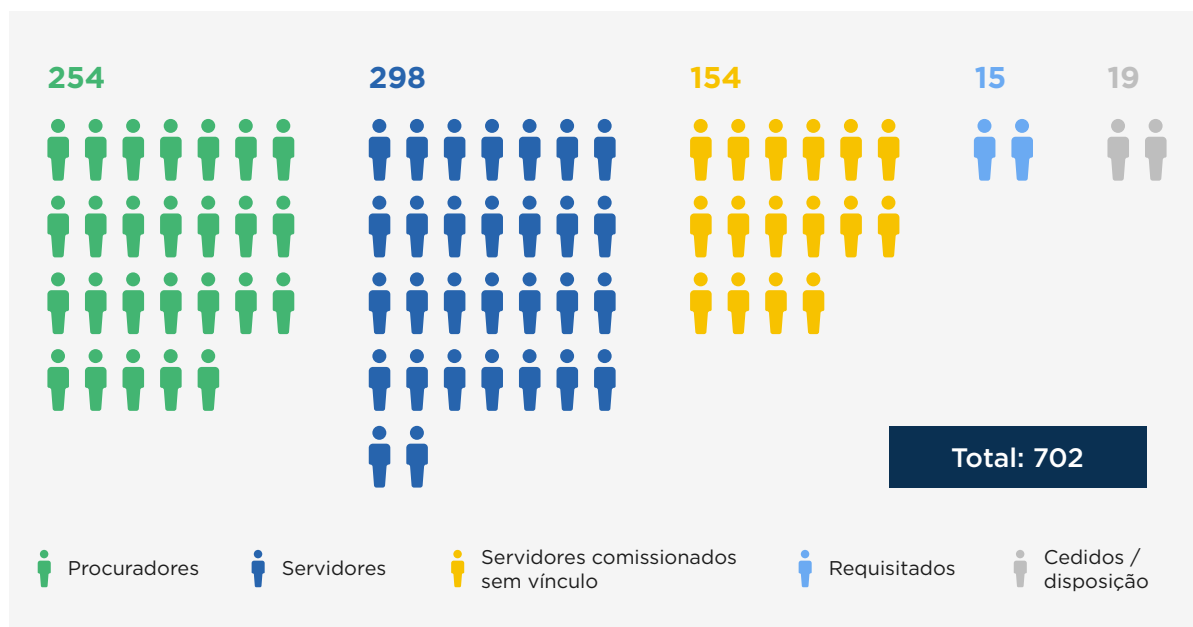
Em 7 de julho de 2023, a Comissão Permanente de Qualidade de Vida (CPQVT) realizou a já tradicional festa junina da PGDF. O evento foi sucesso de público e de crítica, tendo recebido mais de 400 pessoas e diversos elogios.

A festa teve barraquinhas de comidas e bebidas típicas, como curau, pamonha, galinhada e quentão. Além disso, também ofereceu espaços de artesanato, cama elástica, touro mecânico, painéis para fotos, sorteio de prêmios e bingo.

Toda a ação faz parte do eixo “Bem-Estar” do programa de Qualidade de Vida da PGDF, que tem como especial enfoque a saúde social dos integrantes da Procuradoria.

Gestão de Pessoas

Distribuição da força de trabalho



Além da força de trabalho, a PGDF em 31 de dezembro de 2023 contava com 180 estagiários.

Admissões e desligamentos

Procuradores

$$66 \text{ admissões} - 7 \text{ desligamentos} = \text{Saldo: } 59$$

Servidores

$$27 \text{ admissões} - 28 \text{ desligamentos} = \text{Saldo: } -1$$

Capacitação

Em 2023, a PGDF realizou 111 ações de capacitação e desenvolvimento. O índice de capacitação e desenvolvimento na PGDF, previsto no PEI-PGDF, tem como meta final o valor de 0,23. O valor apurado foi de 0,41 capacitações por servidor/procurador e supera a meta estipulada.

O valor investido mais que dobrou de 2022 para 2023, representando avanço na disponibilização de recursos para capacitações.



Meta: 0,23
capacitações por servidor



Valor apurado: 0,41
capacitações por servidor

Gestão de Tecnologia da Informação

Sistema de Automação do Processo Judicial Eletrônico



Objetivo

Implantação de solução sistêmica web para automação do processo judicial eletrônico no âmbito da PGDF.



Status

Foi adquirido um novo sistema para automatização do seu Processo Eletrônico Judicial

O contrato foi celebrado com a empresa Coreplan Gestão Tecnologia e Serviços, e prevê a obtenção de uma licença permanente para uso, além de implantação, customização, integrações, migração de dados, capacitações, acompanhamento, suporte técnico e serviços sob demanda.

Segundo o edital da contratação, o novo sistema deverá ser implantado de maneira progressiva ao longo dos 12 meses do contrato, assinado em agosto de 2023.

e-Cartas

O e-Cartas, solução desenvolvida internamente com a utilização do serviço web Correios, visa a encaminhar cobranças administrativas e tributárias automaticamente. É utilizado o sistema PG Consultas para inserção do endereço de destino, economia de cliques e agilidade na execução do serviço, além do enriquecimento da base de endereços – com a resposta de sucesso ou insucesso de entrega. Com isso, o sistema registra quais são os locais de entrega mais recomendados. A ferramenta se beneficia de serviço de envio dos Correios e permite economia de recursos.

Consulta PGDF

Antes do sistema “Consulta PGDF”, a consulta de dados de pessoas físicas e jurídicas para uso interno na PGDF era feita a partir de acesso a bancos de dados de sistemas diversos, como o Sitaf e o Nota Legal. Para reunir os dados, criou-se um local único para armazenamento das informações, o que permite a consulta de forma unificada, além de contribuir para o alinhamento e cruzamento das informações, de forma a proteger os dados contra falhas e inconsistências.

Em paralelo, o sistema foi desenvolvido de forma a permitir a consulta otimizada dos dados e a geração de relatórios para instrução processual, sem limite de usuários ou consultas, o que ampliou a capacidade produtiva. Até a criação do sistema, utilizava-se um painel cujo acesso era restrito a apenas alguns servidores. Além disso, o relatório gerado a partir da pesquisa tinha limite de registro, o que foi superado na solução desenvolvida.

Premiações

Prêmio de boas práticas do Brasil Central

O 2º Prêmio Boas Práticas do Brasil Central tem como propósito reconhecer e premiar práticas e ideias inovadoras que tragam modernidade à Gestão Pública.

A PGDF teve duas iniciativas apresentadas e elegíveis para concorrer à premiação: o Projeto Mapear, como 18º lugar no ranking, e o projeto PGDF Educa, como 32º lugar no ranking.

Índice de Transparência - ITA 2023 e Ouvidoria Ativa



Foto: Controladoria-Geral do DF (2023)

A PGDF foi premiada pela Controladoria-Geral do Distrito Federal (CGDF) após alcançar a marca de 100% na avaliação do Índice de Transparência do DF em 2023.

No 8º Concurso Melhores Práticas em Ouvidoria Pública, da Ouvidoria-Geral do Distrito Federal, a Ouvidoria da PGDF foi premiada na categoria “Ouvidoria na Governança de Serviços” pelo projeto “Ouvidoria Ativa”.

Selo Qualivida



Foto: Secretaria Executiva de Valorização e Qualidade de Vida (2023)

A PGDF foi reconhecida com a Categoria Prata do Selo QualiVida 2023. A premiação é realizada anualmente e tem como objetivo reconhecer boas práticas de governança em qualidade de vida.

Na casa, foram promovidas iniciativas como palestras sobre saúde mental, câncer de mama, prevenção ao alcoolismo, campanhas de doações e solidariedade, além de eventos voltados para o bem-estar dos servidores.

Concurso de Procuradores do Distrito Federal

O Governador do DF, Ibaneis Rocha, nomeou 63 novos Procuradores. Duas vagas estavam sub judice.



Foto: Procuradoria-Geral do DF (2023)

Os nomeados do VIII concurso público para a Carreira de Procurador do Distrito Federal tomaram posse em 23 de agosto de 2023. As regiões de origem dos aprovados são:

Região de Origem	Procuradores
Norte	1
Nordeste	19
Centro-Oeste	25
Sudeste	18
Sul	2
Total	65

